

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.979 - SP (2019/0273779-5)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : JOAO PAULO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : OSVALDO SIMÕES JUNIOR - SP072004
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : FRIGORIFICO OLIVEIRA LTDA
INTERES. : AGOSTINHO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA GARCIA - SP047600
INTERES. : ROBERTO PERINA MARCIANO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que negou seguimento ao Recurso Especial considerando que o acórdão recorrido está em consonância com a compreensão firmada pelo STJ no Recurso Especial repetitivo 1.141.990/PR.

No que tange às demais questões, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, em virtude da incidência da Súmula 7/STJ.

A agravante alega, em breve síntese, que "(...) restou demonstrado nos autos e, diferentemente do contido no RESP 1.141.990/PR, o próprio Acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* reconheceu que a alienação do imóvel objeto da matrícula nº 17.246, o qual ensejou a penhora por substituição do imóvel da matrícula nº 21.656 e que é objeto desta ação, se deu anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal (...)".

Contrarrazões apresentadas às fls. 467-470, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 15.10.2019.

A irresignação não merece prosperar.

Preliminarmente, recorde-se que nos termos expressos do artigo 1.030, I, "b", e § 2º, do CPC/2015, da decisão que inadmite o Recurso Especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos, caberá Agravo Interno.

Assim, é manifestamente inadmissível a interposição de Agravo em Recurso Especial em tal hipótese, configurando erro grosseiro que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HIPÓTESE DO ART. 1.030, § 2º,

DO CPC/2015. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO INTERNO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 182 DO STJ. MANUTENÇÃO.

1. De acordo com o art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, cabe agravo interno contra a decisão da origem que tenha negado seguimento a recurso especial.

2. Assim sendo, mantém-se a decisão agravada, que não conheceu em parte do recurso, pois o agravo em recurso especial é instrumento inadequado para afastar a aplicação de tese de recurso repetitivo.

3. Cumpre à parte agravante, de maneira analítica, contrastar as conclusões do acórdão recorrido com os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, demonstrando que, na situação, a Súmula 7/STJ foi aplicada de maneira equivocada. Isso, contudo, não ocorreu, estando acertada a decisão que aplicou o óbice da Súmula 182 do STJ, não conhecendo do agravo em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.436.544/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 7.10.2019)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL SOB O FUNDAMENTO DE QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ DE ACORDO COM ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL PAUTADO NO ART. 1.042 DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO. PREVISÃO DO ART. 1.030, § 2º, DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE.

1. Na forma do artigo 1.030, § 2º, do CPC/2015, o recurso cabível contra a decisão que nega seguimento a recurso especial, com base no art. 1.030, I, b, do mesmo Código Processual, é o agravo interno.

2. Não mais existindo dúvida objetiva quanto ao recurso cabível, a interposição de agravo em recurso especial, nesses casos, configura erro grosseiro, desautorizando a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

3. Precedentes: AgInt no AREsp 1.385.255/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/06/2019; AgInt no AREsp 1.447.394/AP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/06/2019; AgInt no AREsp 1.416.343/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 30/05/2019; AgInt no AREsp 1.095.680/SE, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 04/12/2017; AgInt no AREsp 1.016.544/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 28/08/2017; AgInt no AREsp 1.015.158/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 2/5/2017; e AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 26/08/2016.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp

1.410.257/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 16.8.2019)

No que tange às demais questões, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, em virtude da incidência da Súmula 7/STJ.

Nas razões do Agravo em Recurso Especial (fls. 448-465, e-STJ), todavia, o recorrente não impugnou tal fundamento. Limita-se a repisar as razões do Recurso Especial e a afirmar, genericamente, que não se trata de hipótese de aplicação da Súmula 7/STJ, *verbis*: "(...) diferentemente do entendimento do Eminent Vice-Presidente do E. Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, o V. acórdão, que ensejou a interposição de recurso especial, para dar provimento ao recurso do INSS causou negativa de vigência e violação ao artigo 185 do CTN antes da alteração da Lei Complementar 118/2005, eis que não se atentou aos fatos incontroversos, transcritos neste recurso e também no especial (...)".

Em 19.9.2018, no julgamento dos EAREsps 701.404/SC, 746.775/PR e 831.326/SP, a Corte Especial reiterou a orientação, assente do STJ, de que é necessária "a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória de admissibilidade do Recurso Especial, sob pena de permanecerem incólumes os que não foram objeto de contestação" (EAREsp 701.404/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30.11.2018).

Ainda nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. ADENTRAR AO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. É possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea "a", em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia. Incidência da Súmula 123 do STJ. Precedentes.

2. Os agravantes apontaram como vícios do acórdão recorrido: 1) a equivocada decretação da prescrição, com extinção da execução, em razão da existência de precatório pendente de adimplemento em favor da parte autora; e 2) os honorários sucumbenciais são verba acessória, o que inviabiliza a extinção do feito da forma como veio a decisão agravada.

3. Todavia, não houve demonstração de como esses supostos vícios teriam o condão de infirmar a conclusão a que se chegou no acórdão recorrido e porque os fundamentos nele adotados não seriam suficientes para decidir a lide, de modo que não ficou atendido o requisito da impugnação específica.

4. A parte recorrente deve fazer a impugnação específica de todos os fundamentos adotados pela decisão de inadmissibilidade, sob pena

de não conhecimento do agravo. Precedentes.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 849.303/RS, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28.6.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS. ART. 932, III, DO CPC/2015 E ART 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ. PRECEDENTES. MATÉRIA DECIDIDA PELA CORTE ESPECIAL. EARESP Nº 746.775/PR. IMPUGNAÇÃO TARDIA EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial alegando, dentre outros motivos, que não seria possível a interposição do recurso para alegar ofensa à Súmula nº 85/STJ, por não estar referida espécie compreendida na expressão lei federal, constante nas alínea "a", "b", ou "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal. Nas razões do agravo em recurso especial, os agravantes não impugnaram de forma específica referido fundamento.

2. Verifica-se, pois, que os agravantes deixaram de impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso, razão pela qual o agravo em recurso especial não pode ser conhecido, a teor do art. 932, III, do CPC/2015, bem como do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Precedentes.

3. A Corte Especial deste Tribunal Superior, ao julgar o EAREsp nº 746.775/PR, cujo julgamento foi concluído na sessão realizada em 19/09/2108, ratificou referido entendimento e estabeleceu a necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, sob pena de não conhecimento do agravo.

4. A tentativa de suprir falha de impugnação, através do agravo interno, de fundamento do juízo negativo de admissibilidade não impugnado nas razões do agravo em recurso especial, constitui verdadeira inovação recursal inviável em razão da ocorrência da preclusão consumativa.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.335.756/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.11.2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À TOTALIDADE DOS FUNDAMENTOS ADOTADOS PELA DECISÃO QUE NÃO ADMITE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A Corte Especial do STJ, na assentada de 19/9/2018, consolidou o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, a totalidade do conteúdo da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial, sob pena de incidir o óbice contido na Súmula 182/STJ. Dessarte, não se admite a impugnação parcial do julgado (EAREsp 701.404/SC e o EAREsp 831.326/SP).

2. A impugnação tardia dos fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial (somente por ocasião do manejo de agravo regimental), além de caracterizar inovação recursal, não tem o condão de afastar a aplicação do referido verbete 182/STJ, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.463.598/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25.6.2019)

Por fim, considerando o previsto no Enunciado Administrativo 7/STJ, condeno o recorrente ao pagamento de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias, com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Diante do exposto, **não conheço do Agravo em Recurso Especial. Honorários advocatícios majorados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator